

PRODUTO EDUCACIONAL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**APROFUNDAMENTO
DAS TEMÁTICAS CURRÍCULO INTEGRADO E
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
ITINERÁRIO FORMATIVO DAS LICENCIATURAS DO
IFFAR**



COMPONENTE CURRICULAR



DANIELI MELO ZARZICKI

NEIVA MARIA FRIZON AULER

1 - APRESENTAÇÃO



O presente produto educacional intitulado “Aprofundamento das temáticas Currículo Integrado e Educação Profissional e Tecnológica no itinerário formativo das licenciaturas do IFFar” constitui-se como uma exigência para conclusão do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em rede (PROFEPT), e está inserido dentro da Linha de Práticas Educativas. A proposta surgiu a partir dos resultados de uma pesquisa vinculada a dissertação de mestrado junto ao programa PROFEPT, do Campus Jaguari, do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), cujo título foi “Atuação profissional de egressos dos cursos de licenciatura do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) Campus Alegrete”. A referida pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição destes cursos na formação docente identificando as possíveis fragilidades formativas. Os resultados da referida pesquisa apontaram algumas lacunas quanto ao itinerário formativo nos cursos de formação de professores do IFFar (especificamente os cursos de Matemática, Ciências Biológicas e Química).

Uma das fragilidades apontadas refere-se ao distanciamento existente entre a matriz curricular/práticas educativas dos cursos de licenciatura do IFFar Campus Alegrete e os princípios da EPT, principalmente quando se trata do currículo integrado. Considerando que os IFs são instituições voltadas para a oferta dessa modalidade de ensino, fazem-se necessárias pesquisas e trabalhos que busquem aprofundar o estudo dos currículos destes cursos, para que possam contribuir para a concretização da Educação Profissional e Tecnológica no percurso formativo das licenciaturas dessas instituições. Conforme Danieli Zarzicki (2020):



O resultado da análise das entrevistas com os egressos contrasta, enfim, com a missão dos Institutos, que foram criados, através da Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008, exatamente com o propósito de promover a educação profissional, científica e tecnológica com foco na formação integral do cidadão. Esse estudo oportuniza à instituição, por intermédio da identificação dessa fragilidade, o ajustamento de alguns processos de ensino e redimensionamentos formativos. Além de uma qualificação acadêmica que priorize a verdadeira missão, visão e valores do Instituto, que garanta uma formação de qualidade para os futuros professores. Não se pode permitir que os já egressos deixem de ter o ensejo de complementar sua qualificação pedagógica e que mais que isso, estejam articulados ao propósito mais amplo dos Institutos Federais: a inclusão da educação profissional e tecnológica como uma linguagem comum aos educadores formados nos cursos de licenciaturas, e para isto se buscou articular um produto educacional visando o processo de redimensionamento do percurso formativo (ZARZICKI, 2020, p. 81).



Ainda, conforme os resultados da pesquisa mencionada, constata-se desconhecimento teórico tanto em questões que envolvem Currículo Integrado, quanto aquelas relacionadas a Educação Profissional e Tecnológica, conforme destacado:

“

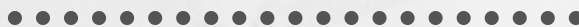
o currículo integrado está deixando a desejar e não faz parte da memória do processo de formação destes educadores egressos da instituição, ao passo que somente falam sobre currículo integrado quando questionados e demonstram que estes conceitos não fazem parte da sua linguagem docente (ZARZICKI, 2020, p.79).

”

Nesse sentido, os resultados da referida pesquisa direcionam para a ampliação na formação ou a formação continuada que possibilitem suprir fragilidades apontadas, além de representar uma oportunidade para atualização na carreira docente, bem como permite aproximar o futuro docente das discussões que lhes são interessantes ou ainda necessárias para sua atuação. Nesse sentido, a presente proposta também foi pensada para atender aqueles e aquelas que gostariam de retomar seu contato com a Educação Profissional e Tecnológica e Currículo Integrado ou mesmo tomar conhecimento pela primeira vez a respeito destes conceitos. Assim, o presente roteiro visa orientar o desenvolvimento dessas atividades formativas que busquem aproximar e articular o itinerário formativos dos cursos de licenciaturas do IFFar com a temática do currículo integrado e educação profissional e tecnológica. A proposição desse componente curricular poderá, conforme necessidade, ser adequado e adaptado para ser um curso de formação continuada de curta duração, ou, uma disciplina obrigatória e/ou eletiva.



2 FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA



No ano de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) instituições estas, pautadas por um ideal de Educação Profissional e Tecnológica. A partir disso, surge também a obrigatoriedade dos IFs de destinar determinados percentuais de vagas para a formação de professores, desenhando-se desta forma um novo cenário, antes permeado apenas pela habilidade no exercício nas áreas técnicas.

Nesse sentido, os IFs destacam-se por ofertar cursos que vão desde a educação básica até a pós-graduação. Contudo, com a obrigatoriedade de garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender Cursos de Licenciatura, observa-se que os mesmos não apresentam uma base sólida em Educação Profissional e Tecnológica compondo suas matrizes curriculares.

Considerando que os Institutos Federais são instituições especializadas na EPT e se apresentam com uma singularidade, que está pautada pela oferta desde a educação básica até a pós-graduação, nas quais um mesmo docente pode atuar. Constata-se que estas instituições continuam privilegiando as licenciaturas para as disciplinas científicas, seguindo um modelo de currículo trabalhado no âmbito das universidades. Apesar de serem instituições prioritariamente de educação profissional, ainda não se assumem como tal.

Diante de tal constatação dessa lacuna e, tendo em vista a expansão dessas instituições e ampliação na oferta de cursos de EPT, verifica-se a necessidade do aumento da demanda de docentes para lecionar nessas instituições. Desta forma, possivelmente os egressos desses cursos poderão atuar futuramente com a EBPT ou como docente dos próprios IFs.

Dentre as finalidades e características dos Institutos Federais, principalmente os incisos I, II e III do artigo 6º da Lei n. 11.892 ressaltam a oferta e a expansão da EPT:



- I- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. (PACHECO, 2011, p. 80)



Ainda conforme Pacheco (2011), ao falar da criação dos IFs, afirma que a organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes nestes espaços de formação. Pontua a possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, desde a educação básica até a pós-graduação (verticalização do ensino). O profissional formado pela Rede Federal tem possibilidades de no mesmo espaço institucional, construir vínculos com os diferentes níveis e modalidades de ensino. Ainda conforme o autor, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação tecnológica.

Questões sobre o campo de atuação dos egressos das licenciaturas da Rede Federal e o conteúdo desses cursos, onde, de acordo com o Parecer n. 62/2003 do Conselho Nacional de Educação (CNE) afirma que “a formação de professores junto aos Centros de Educação Tecnológica é direcionada [...] à sua atuação em estabelecimentos de ensino dedicados à educação tecnológica, o que não significa que deva ser a ela restrita”. Perante a esse exposto, Moura (2008) reafirma a diferença do licenciado formado para atuação na formação geral no ensino fundamental e médio e o formado para atuar na formação profissional, em um curso específico. Diante desse contexto, o autor expõe fatores necessários à superação das dificuldades, como, a luta pela obrigatoriedade específica para a docência na EPTNM, contribuição das instituições de Educação Profissional com a formação continuada dos docentes, existência de docentes qualificados para docência na EP, estendendo a concepção de ensino médio integrado para a educação superior.

Levando em consideração os Institutos Federais em sua proposta político-pedagógica, deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores. Com isso, o desenho curricular dessas instituições necessita voltar-se para aspectos que envolvam elementos característicos da Educação Profissional e Tecnológica, como por exemplo, a união entre trabalho/educação, a integração, a contextualização, a interdisciplinaridade, etc.

Conforme Pacheco (2011), o fazer pedagógico dos Institutos Federais “ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade” aponta um elemento fundamental na proposta de educação oferecida, já que “revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada” (PACHECO, 2011, p. 20).

Esse mesmo autor, ainda ressalta que:



A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes. A possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação,

trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, faz com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PACHECO, 2011, p. 21).



A proposta de se incluir elementos característicos da Educação Profissional e Tecnológica nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores, revela o propósito dos Institutos Federais em romper com um formato de educação ofertado a tempos, que é o de conceber o conhecimento de forma fragmentada, como identificou-se pelas propostas curriculares corroborada por Pacheco (2011), citado anteriormente. Dessa maneira, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, incluindo a pesquisa como princípio educativo e nas ações que incluem o diálogo constante com a sociedade, mostra-se o caminho para a construção de uma formação integradora.

Quando se trata da formação de professores, é importante verificar se a proposta curricular contida no PCC “estabelece o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada [...]” (PACHECO, 2011, p. 21).

A utilização dos PPCs como fonte de dados em pesquisas sobre a formação no Ensino Superior mostra-se como meio muito válido no que se refere à análise da organização curricular dos cursos. Desse modo, a busca por informações concretas que contenham a aproximação entre a Educação Profissional e Tecnológica e a formação de professores, nos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Matemática e Química do Campus Alegrete revelou que existem muitas lacunas na aplicação dos mesmos, onde foi identificado apenas um Componente Curricular que traz os elementos inerentes a EPT.

O único Componente Curricular encontrado na matriz curricular dos cursos que é dedicado à EPT é o de Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, trabalhado no sétimo semestre no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no 5º semestre no curso de licenciatura em Matemática e no 6º semestre no curso de Licenciatura em Química, apresentando na sua ementa: Trabalho, educação, ciência e tecnologia. As metamorfoses do mundo do trabalho. As transformações científicas e tecnológicas e suas implicações no mundo do trabalho e no processo educativo. A formação do trabalhador no contexto atual. Políticas de educação profissional e de educação de jovens e adultos. Princípios e fundamentos da educação de jovens e adultos. Os sujeitos e a historicidade da educação de jovens e adultos. Métodos e processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.

Dessa maneira fica evidente o enfraquecido vínculo entre a EPT e seus fundamentos com a formação docente ofertada por Instituições de ensino que, sobretudo são alicerçadas por essa vertente. Levando em consideração ainda, que os professores formados, possivelmente atuarão em instituições ou até mesmo em disciplinas que envolvam a EPT, faz-se necessária uma discussão visando uma futura remodelação nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura do IFFar. Por estarem inseridas no contexto da EBT e pelo exposto acima, sugere-se que os cursos de licenciaturas dos IFs contemplem no seu percurso formativo a temática do Currículo e Formação Integrada.

O currículo integrado está incluído na área das teorias críticas de currículo e propõe uma forma de educação que supere as desigualdades estruturais e conjunturais que constituem a educação escolar no Brasil. Desigualdades essas que emergem da dualidade entre a educação destinada aos trabalhadores e a educação das elites, que se expressa desde a antiguidade até os dias atuais, acarretando na escassez de perspectivas de trabalho e renda para os jovens, na inversão de valores envolvendo produção, consumo e educação, fatores esses que influenciam diretamente na perspectiva educacional.

Diante da ideia da autora Marise Ramos (2008) de que “todo novo conhecimento implica um conhecimento anterior” e essa dinâmica se dá através de múltiplas relações que se unem formando uma totalidade, construindo-se assim novos conhecimentos. Desta forma:

“ Se o processo de (re)construção do conhecimento exige que sejam dados a conhecer os conceitos já elaborados sobre a realidade, a escola cumpre a função de socializa-los e difundi-los, tanto em benefício da própria ciência quanto pelo direito de todos os cidadãos terem acesso aos conhecimentos produzidos. O currículo escolar, formalmente, faz a seleção desses conhecimentos e o organiza em disciplinas, que têm como referência os campos da ciência (RAMOS, 2008, p. 11). ”

Tratando-se de currículo integrado, a autora descreve no capítulo intitulado “Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado” a integração curricular através da concepção de homem como ser histórico-social produzindo conhecimento por meio do trabalho, compreendendo a realidade como totalidade. Essa integração está relacionada à construção de conhecimentos gerais e específicos ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura e não somete através de uma mera sobreposição de disciplinas. Para a construção do currículo integrado leva-se em conta a problematização de fenômenos, unindo teoria e prática, dentro da totalidade da realidade.

A formação integrada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele. Essa proposta de educação está voltada para proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora.

Ciavatta (2005, p. 2), descreve a concepção de formação integrada no trecho abaixo:

“ A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua

sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (2005, p. 2).

”

Dessa forma, a formação integrada atuaria na constituição do ser em seus inúmeros aspectos, de forma a integrá-lo crítica e conscientemente no mundo do trabalho, no qual ele se constitui como sujeito criativo e não mero reproduzidor de atividades. Na concepção de Ciavatta (2005, p. 2), a formação integrada tem como propósito fazer com que:

“

[...] a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

”

A formação integrada, dentro de uma perspectiva de emancipação humana teria como objetivo fundamental proporcionar aos sujeitos o direito de refletir e decidir que tipo de sociedade se deseja construir para além daquela que subsiste fundada nos preceitos do capital e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças de produtivas. Entretanto, a divisão social do trabalho promove um sistema educacional que classifica seres humanos para exercer atividades manuais e/ou intelectuais, simples ou complexas, ajustadas com sua condição de escolarização, proporcionando apenas uma formação unilateral, tanto para as classes trabalhadoras como na classe dos dirigentes, de acordo com o que verificou Saviani (2007). Fato que ocorreu e ainda ocorre em boa parte dos currículos em instituições de formação no Brasil, onde a abordagem curricular dos IFs para as licenciaturas tem como objetivo amplo desmontar este paradigma e proporcionar uma formação mais integrada.

De acordo com Ciavatta (2005), no Brasil, a dualidade entre as classes sociais sempre esteve relacionada à escravização de africanos e crioulos (escravos nascidos no Império Brasileiro), processo que deixou marcas profundas na sociedade em geral. Na educação, a preparação para o trabalho era reservada aos órfãos e desamparados, assumindo um caráter assistencialista e até hoje essa mentalidade cultural perdura entre as elites dominantes e está enraizada no cotidiano da população brasileira como um todo.

Através das reflexões de Gramsci, o trabalho, em suas dimensões ontológica e histórica, é reconhecido como princípio educativo e esse processo seria onde o homem adquire as condições de humanização, proporcionadas pela sua história e pelos modos de produção da existência.

Ciavatta aponta que a concepção de Ensino Médio integrado à Educação Profissional ainda está em construção e algumas instituições vêm elaborando seus projetos pedagógicos, principalmente a partir do Decreto nº 5.154/2004, que abre a possibilidade de integração entre esses dois campos, trazendo alguma expectativa de avanço em direção à politécnica, mesmo ainda mantendo as formas concomitante e subsequente, onde se põe em dúvida sua efetividade para sustentar a prática (CIAVATTA, 2005). A questão da concomitância entre a formação geral e a formação técnica em matrículas separadas e, até instituições distintas, significa uma formação fragmentada que não alcança o objetivo de melhorar a escolaridade do trabalhador. E a forma articulada que havia sido deixada de lado no decreto anterior e, agora, é recuperada, evidenciando compromissos do governo com um sentido de formação profissional, talvez independente da lógica do capital.

O ensino médio é a etapa da educação que mais relaciona o conhecimento com a atividade produtiva, pois os jovens expandem seus horizontes em relação ao seu futuro, e isso, envolve a vida econômica. A experiência educativa deve então contribuir para ampliação desses horizontes e, assim, para as escolhas da vida profissional. Nesse momento também, o estudante compreende o significado da ciência, das letras e da arte, como apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2011), e segundo estes autores esta compreensão ocorre através do desenvolvimento tecnológico proporcionado pela ciência como força de produção.

A relação entre educação e mundo do trabalho no caso das pessoas jovens e adultas ocorre de forma contrária à linearidade. Pois, em muitos casos, primeiro se tem acesso ao exercício profissional e somente depois há a possibilidade de ingresso a uma formação voltada para o mesmo, devido às dificuldades de inserção e permanência no campo produtivo, conforme apontam Frigotto et al (2011).

A organização e desenvolvimento dos currículos escolares torna-se essencial na atualidade, visto que novos aspectos estão ecoando na sociedade, como por exemplo, as questões salientadas nas teorias pós-críticas, como a identidade, diferença, cultura, gênero, raça, sexualidade, etc. Além disso, essa reformulação deve buscar responder pontos básicos, como: que objetivos educacionais a escolar deve procurar atingir? Que experiências educacionais podem ser oferecidas que para que esses propósitos sejam atingidos? (SILVA, 2011, p. 25).

Segundo Loureiro (2013), em 2003, o Decreto nº 2.208/97 é revogado estabelecendo-se então o Decreto nº 5.154/2004, trazendo novamente a viabilidade da integração da educação profissional com o ensino médio. Desta forma, a relação entre o ensino médio e a educação profissional passam novamente a fazer parte dos debates dos pesquisadores do ramo da educação e trabalho com a finalidade de compreender a EPT como fundamental no sistema educacional brasileiro, conduzindo a ideologia de educação politécnica, “como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica” (MOURA, 2007, p. 19). Assim sendo, desde 2005 identificou-se, a possibilidade de concretização do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

A presente proposta visa contribuir para a melhoria na formação no âmbito das licenciaturas (com foco na EBPT) na região que a instituição abrange, conforme os resultados apontados pela pesquisa realizada (Atuação profissional de egressos dos cursos de licenciatura do IFFar campus Alegrete, autoria de Danieli Melo Zarzicki) onde foram identificadas algumas fragilidades que envolvem o processo de atuação profissional dos egressos dos Cursos de Licenciatura do *campus* do IFFAR de Alegrete/RS (Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Licenciatura em Ciências Biológicas). Do mesmo modo, o benefício da presente ação contribuirá para a melhoria da atuação profissional destes na área educacional, articulando saberes do currículo integrado e da EBPT.

A proposta fundamenta-se na busca por oportunizar espaço de discussão e diálogo sobre conceitos e modelos de atuação docente, neste caso aqueles que se referem ao conhecimento disponibilizado pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. A sugestão da proposta de um componente curricular e respectivo plano de ensino seguiu o formato presente no PPC dos Cursos de Licenciaturas do IFFar. O Plano de Ensino foi organizado em Módulos pois, conforme já apontado anteriormente, poderá ser trabalhado em forma de disciplina obrigatória ou eletiva bem como, no formato de curso de formação continuada, com carga horária de 60 horas aula.



3- PROPOSTA DE COMPONENTE CURRICULAR PARA OS CURSOS DE LICENCIATURAS DOS IFS.



3.1 Estrutura e referenciais

Componente curricular: Educação Profissional e Tecnológica e Currículo integrado*			
Carga horária (h/a)	60h	Período Letivo	A definir
Ementa			
Marco inicial da educação profissional e tecnológica, princípios orientadores da EPT, ensino médio integrado e currículo integrado.			
Bibliografia Básica			
PACHECO, E. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2008. FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. MOURA, D. H., Lima Filho, D. L., & Silva, M. R. (2015, Outubro). Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista brasileira de Educação, 20, (63), pp. 1057-1080. Recuperado em 20 junho, 2017, de http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf . FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.			
Bibliografia complementar			
CIAVATTA, M.(2005). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: Frigotto, G. Ciavatta, M. e Ramos, M. (Orgs.). Ensino Médio integrado: Concepção e contradições, pp. 86-105. São Paulo: Cortez. GRAMSCI, A. (2001). Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo, 2, (2ªed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. MACHADO, L. R. (2006). Ensino médio e ensino técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: Secretaria de Educação Básica/MEC Ensino Médio integrado à educação profissional: integrar para quê? Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação. MOREIRA, A. F. B., & Candau, V. M. (2007). Currículo, conhecimento e cultura. In: Indagações sobre o currículo. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Recuperado em 03 maio, 2017, de http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola sem partido: Imposição da lei da mordaza aos professores. e-Mosaicos, v. 05, p. 11-13, 2016. _____. Educação omnilateral. In: CALDART, R. et al (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.			

*A proposta segue o modelo do PPC do IFFar.

3.2 Proposta de execução do plano de ensino

Educação Profissional e Tecnológica e Currículo integrado	
Objetivos do componente curricular	
Geral	Oportunizar a compressão dos princípios orientadores da educação profissional e do ensino médio integrado na perspectiva de refletir sobre os desafios dos IFs.
Específicos	Contribuir na compreensão dos princípios orientadores que embasam a organização o desenvolvimento a EBT e do currículo integrado; Oportunizar a reflexão e a compreensão sobre o papel e os desafios dos IFs no contexto social; Compreender a importância do currículo integrado para a formação humana integral.
Conteúdos	
Modulo I - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MARCO INICIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – 20h	
<ul style="list-style-type: none"> - Marco histórico da EPT no Brasil; - Legislação, objetivos, missão e concepções e diretrizes referentes a criação dos IFs. 	
Modulo II – PRINCIPAIS CONCEITOS NORTEADORES DA EBT -20h	
<ul style="list-style-type: none"> - Politecnia; - Formação integral; - Educação Omnilateral; - Trabalho como princípio educativo. 	
Modulo III - ENSINO MÉDIO INTEGRADO E CURRÍCULO INTEGRADO -20h	
<ul style="list-style-type: none"> - Documentos orientadores e a legislação educacional que tratam sobre o Currículo Integrado; - Trabalho, educação e formação humana; - O Currículo Integrado na Educação Profissional; 	
Metodologia	
Leitura e discussão de artigos e textos; rodas de conversa; atividades práticas e atividades individuais e coletivas.	
Instrumentos a serem usados pelo docente	
Textos e artigos referentes aos temas em foco; PPCs dos cursos integrados; Documentos de criação dos IFs.	
Critérios de avaliação	
O processo ensino-aprendizagem será avaliado baseado no engajamento dos estudantes na proposta, trabalhos individuais e coletivos, apresentação de seminários e leituras sistematizadas relacionadas com a temática.	

4- REFERENCIAIS



ARAÚJO, Ronaldo Marcos de L. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

ARAÚJO, Weslei Silva de. Das Escolas Técnicas Federais aos Institutos Federais - a licenciatura em Física no Campus Goiânia do IFG. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ASSIS, Maria Celina de. Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - sua implantação e desafios. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: Frigotto, G. Ciavatta, M. e Ramos, M. (Orgs). Ensino Médio integrado: Concepção e contradições, p. 86-105. São Paulo: Cortez (2005).

CHAVES, Taniamara V.; KAEFER, Maria T. V. Concepções e práticas relativas ao currículo integrado em cursos de licenciatura do Instituto Federal Farroupilha. Anais VIII Congresso Internacional de Educação, Santa Maria, p. 1-12, 2019.

FORSTER, Mari Margarete dos S. Formação de professores nos institutos Federais - uma identidade por construir. Anais 37ª Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis, p. 1-17, 2015.

FREITAS, Andréa M. de. As competências na atuação do profissional egresso da licenciatura em Ciências Biológicas da UNESC: uma análise dos anos de 2002-2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

_____.Educação omnilateral. In: CALDART, R. et al (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola sem partido: Imposição da lei da mordaza aos professores. e-Mosaicos, v. 05, p. 11-13, 2016.

FRIGOTTO, G.;CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. (2001). Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo, 2, (2ªed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOMES, Daniela F. Implementação de licenciaturas para a formação de professores da educação básica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LIMA, Fernanda Bartoly. G. de. A formação de professores nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – um estudo da concepção política. Natal: IFRN, 2014.

LOUREIRO, Luis Humberto F. Como nos tornamos formadores na roda da licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica. 185 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

MACHADO, L. R. (2006). Ensino médio e ensino técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: Secretaria de Educação Básica/MEC Ensino Médio integrado à educação profissional: integrar para quê? Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação.

MALDANER, Jair José. A formação docente para a educação profissional e tecnológica: breve caracterização do debate. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n.13, p. 182-195, 2017.

MARQUES, Amanda Cristina T. L. Inserção profissional dos egressos da licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Paulo: tornar-se professor. In: Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola. Ceará: Ed. UECE, 2014. E-Book.

MOREIRA; Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, A. F. B., & Candau, V. M. (2007). Currículo, conhecimento e cultura. In: Indagações sobre o currículo. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Recuperado em 03 maio, 2017, de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, p. 25-38, s.d.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação e tecnológica - dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, a. 23, v. 2, p. 4-30, 2007.

MOURA, D. H., Lima Filho, D. L., & Silva, M. R. (2015, Outubro). Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista brasileira de Educação, 20, (63), pp. 1057-1080. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>.

NÓVOA, António. Professores, imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2019.

PACHECO, E. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

RAMOS, Marise N. Políticas Educacionais: da Pedagogia das Competências à Pedagogia Histórico-Crítica. In: BARBOSA, Maria Valéria; MILLER, Stela; MELLO, Suely A. (Orgs.). Teoria Histórico-Cultural: questões fundamentais para educação escolar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 59- 75, 2016.

SAVIANI, Demerval. Formação de Professores - aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Teorias do Currículo: o que é isto? In: _____. Documentos de identidade - uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999, p. 11-26.